

# ACÇÃO EXECUTIVA PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA

Autor: J. H. Delgado de Carvalho

## ÍNDICE GERAL

Prefácio .....	11
Nota prévia à 2.ª Edição .....	17
Abreviaturas, Siglas e Acrónimos.....	19
Advertência.....	21

## PARTE I

### FORMAS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA CERTA

#### CAPÍTULO I

<b>Introdução</b> .....	25
1. Preliminares .....	25
2. Direito transitório .....	28

#### CAPÍTULO II

<b>Formas do Processo Comum</b> .....	35
---------------------------------------	----

#### SECÇÃO I

<b>Forma ordinária</b> .....	35
1. Generalidades .....	35
2. Forma de processo e cumulação de execuções.....	37
3. Título extrajudicial de obrigação pecuniária vencida cujo valor exceda o dobro da alçada do tribunal de 1.ª “instância” .....	42
4. O caso particular dos títulos executivos de formação judicial .....	44
5. Título extrajudicial de obrigação pecuniária não vencida, garantida por hipoteca ou penhor.....	48
6. Independentemente da natureza do título executivo e do valor da dívida exequenda .....	52
6.1. Obrigações do fiador e do avalista.....	53
7. Título extrajudicial de obrigação ilíquida e não liquidável mediante simples cálculo aritmético.....	55
8. Decisão judicial ou equiparada de condenação genérica.....	57
8.1. Campo de aplicação do n.º 5 do artigo 716.º do NCPC .....	58
8.2. Execução fundada em pedido de indemnização civil .....	66
8.3. Compensação de créditos.....	71
8.3.1. Compensação de crédito ilíquido .....	71
8.3.2. Definição do contracrédito nos embargos de executado.....	72
8.3.3. Compensação-reconvenção.....	81
8.3.4. Ónus de reconvir ou faculdade de compensar .....	93
9. Decisão arbitral de condenação genérica.....	104
10. Incidente de comunicabilidade de dívidas conjugais suscitado pelo exequente .....	104
10.1. Razão de ordem .....	104
10.2. Legitimidade passiva na ação declarativa.....	105
10.3. Legitimidade passiva na ação executiva .....	107
10.4. Intervenção processual do cônjuge do executado .....	110
10.5. Regime de execução do título executivo .....	128
10.6. Campo de aplicação do artigo 742.º NCPC .....	140
10.7. Comunicabilidade da dívida quando o título executivo é um requerimento de injunção com fórmula executória.....	141
11. Execução de sentença nos próprios autos com despacho liminar .....	147

12. O caso particular do n.º 5 do artigo 855.º do NCPC.....	147
---	-----

## SECÇÃO II

<b>Forma sumária.....</b>	<b>152</b>
1. Decisão arbitral condenatória de obrigação líquida.....	152
2. Decisão judicial ou equiparada condenatória de obrigação líquida (de modo especial, a execução de sentenças penais).....	153
3. Requerimento de injunção com fórmula executória.....	157
3.1. Fundamentos de oposição à execução no artigo 857.º do NCPC .....	158
3.2. Fundamentos de oposição à execução após TC 12/05/2015 (Ac. 264/2015) .....	165
4. Título extrajudicial de obrigação pecuniária vencida, garantida por hipoteca ou penhor.....	170
5. Título extrajudicial de obrigação pecuniária vencida cujo valor não exceda o dobro da alçada do tribunal de 1.ª instância....	171
6. Dispensa de citação prévia .....	171

## SECÇÃO III

<b>Execução da decisão judicial condenatória .....</b>	<b>173</b>
1. Competência para preparar e julgar a execução .....	173
2. Forma especial dentro do processo comum.....	185

## SECÇÃO IV

<b>Formas de processo especial .....</b>	<b>201</b>
--	------------

### SUBSECÇÃO I

<b>Execução por custas, multas e indemnizações.....</b>	<b>201</b>
1. Generalidades .....	201
2. Forma de processo.....	202
3. Competência jurisdicional para a execução .....	205
4. Instauração e arquivamento.....	213
5. Cumulação de execuções.....	220
6. Dívidas de emolumentos relativos a atos de registo, honorários e despesas notariais.....	222
7. Critérios de repartição das custas.....	225
8. Aplicação do artigo 806.º do NCPC ? .....	228

### SUBSECÇÃO II

<b>Execução por custas de parte .....</b>	<b>229</b>
1. Principais aspetos do regime .....	229
2. Modo de notificação da nota justificativa .....	230
3. Cálculo da compensação da alínea c) do n.º 3 do artigo 26.º do RCP .....	232
4. O caso particular da compensação de créditos .....	234

### SUBSECÇÃO III

<b>Execução por coimas.....</b>	<b>236</b>
1. Principais aspetos do regime .....	236

### SUBSECÇÃO IV

<b>Execução por prestação de alimentos.....</b>	<b>238</b>
1. Particularidades do regime.....	238
2. Alimentos vencidos e não pagos durante a menoridade; legitimidade ativa da progenitora .....	242
3. O novo regime de alimentos devidos a filho maior ou emancipado (contributo para a interpretação da Lei n.º 122/2015, de 1/9).....	248
3.1. Objetivos da lei .....	248
3.2. O que muda0.....	250
3.3. Natureza e âmbito do direito à contribuição .....	252
3.4. Forma de processo aplicável à ação para a contribuição nas despesas com filhos maiores ou emancipados .....	256

3.5. Ação de cessação ou alteração da prestação de alimentos .....	257
3.6. Podem os progenitores impedir a manutenção automática da pensão de alimentos devida após a maioridade? .....	262
3.7. Harmonização do (aparente) conflito entre o direito de alimentos devidos a filho maior (em cumprimento ou exigido pelo filho) e um simultâneo ou posterior pedido formulado pelo progenitor convivente contra o mesmo obrigado, no âmbito da ação prevista no n.º 3 aditado ao art. 989.º do nCPC .....	264
3.8. Aplicação no tempo .....	273
4. Relação com a providência pré-executiva e com o incidente de incumprimento .....	277
5. Desaplicação do n.º 4 do artigo 829.º-A do Código Civil à obrigação de alimentos.....	279

## PARTE II

### TÍTULOS EXECUTIVOS

#### CAPÍTULO I

<b>Generalidades</b> .....	283
1. Funções do título executivo .....	283
1.1. Função constitutiva .....	283
1.2. Função probatória .....	284
1.3. Função delimitadora .....	293
1.3.1. O caso particular da legitimidade para a ação executiva do terceiro adquirente de imóvel objeto de impugnação pauliana.....	
(intervenção principal provocada) .....	295
2. Características do título executivo.....	299
2.1. Suficiência .....	299
2.2. Tipicidade .....	307
2.3. Autonomia do título executivo .....	309
3. Classificações .....	310

#### CAPÍTULO II

<b>Sentenças Condenatórias</b> .....	311
1. Exequibilidade das sentenças .....	311
2. Requisitos de exequibilidade .....	319
3. Sentenças homologatórias de confissão do pedido, conciliação ou transação .....	327
4. Decisões arbitrais.....	328
5. Sentenças estrangeiras .....	328
6. Fundamentos de oposição à execução baseada em sentença (em especial o efeito do recebimento dos embargos de executado com fundamento em benfeitorias).....	340

#### CAPÍTULO III

<b>Documentos Autênticos e Autenticados</b> .....	347
1. Noção e formalidades de autenticação .....	347
2. Força probatória .....	349
3. Exequibilidade dos documentos em que se convencionem prestações futuras ou se preveja a constituição de obrigações futuras.....	351
4. Exequibilidade dos documentos estrangeiros.....	355
5. Cláusulas contratuais gerais; violação dos deveres de comunicação e de informação quando o contrato conste de documento autêntico.....	358

## CAPÍTULO IV

<b>Títulos de Crédito</b> .....	363
---------------------------------	-----

### SECÇÃO I

<b>Introdução</b> .....	363
-------------------------	-----

1. Noção .....	363
2. Requisitos formais essenciais .....	364
3. Incondicionalidade dos negócios jurídicos cambiários .....	374
4. Intemporalidade dos negócios cambiários; a responsabilidade cambiária do ex-sócio da sociedade avalizada e a indefinição do prazo de preenchimento do título em branco .....	375

### SECÇÃO II

<b>Exequibilidade dos Títulos Quirografários</b> .....	385
--	-----

1. Generalidades .....	385
2. Necessidade ou dispensa de protesto .....	400
3. Falta de protesto quanto ao avalista do aceitante da letra ou do subscritor da livrança .....	403
4. Apresentação a pagamento como requisito de exequibilidade intrínseca .....	405
5. Prazos de prescrição .....	409
6. Título emitido em branco e insolvência do aceitante ou subscritor .....	412
7. A demanda do avalista do aceitante pelo sacador .....	413

### SECÇÃO III

<b>Questões Controvertidas</b> .....	418
--------------------------------------	-----

1. Aprovação e homologação do plano de insolvência ou de recuperação do avalizado (Inexigibilidade da obrigação do avalista por causa superveniente?) .....	418
2. Habilitação do avalista pagador da letra que pretende agir, em via de regresso, contra os demais coavalistas do mesmo obrigado cambiário .....	423
3. Reforma da letra de câmbio versus novação da obrigação cartular .....	429
4. Eficácia da revogação do cheque no prazo legal de apresentação a pagamento .....	433
4.1. Causa de pedir .....	433
4.2. Revogação ad nutum e revogação motivada .....	433
4.3. Efeitos da revogação (motivada) sobre a exequibilidade do título .....	438
4.4. Efeitos da revogação nas relações entre o sacador e o banqueiro sacado e entre este e o portador do cheque .....	439
5. Os meios de defesa do avalista de título em branco: uma diferente perspectiva de análise no âmbito da Lei Uniforme relativa às Letras e Livranças .....	445

## CAPÍTULO V

<b>Outros Documentos com Força Executiva</b> .....	453
--	-----

### SECÇÃO I

<b>Requerimento de injunção com fórmula executória</b> .....	455
--	-----

1. O regime da prescrição de direitos reconhecidos em sentença ou noutro título executivo .....	455
2. Crédito ao consumo; prazo curto de prescrição .....	457
3. Nulidade da notificação do requerimento de injunção .....	461
4. A injunção e as regras da citação de pessoas colectivas .....	464

### SECÇÃO II

<b>Procedimento europeu de injunção de pagamento</b> .....	468
--	-----

1. Início de vigência e requisitos de aplicação .....	468
2. Emissão de uma injunção de pagamento europeia .....	469
3. Execução da injunção de pagamento europeia .....	472
4. Competência internacional no âmbito do procedimento europeu de injunção de pagamento .....	477

## SECÇÃO III

<b>Procedimento de decisão europeia de arresto de contas</b> .....	481
1. Finalidade e início de vigência .....	481
2. Âmbito de aplicação objetivo .....	481
3. Competência internacional.....	482
4. Procedimento .....	482

## SECÇÃO IV

<b>Execução do título formado no âmbito do procedimento especial de despejo</b> .....	485
1. Aspetos gerais .....	485
2. Cotejo com a execução fundada no título previsto no artigo 14.º -A da Lei n.º 6/2006.....	502
3. Execução para pagamento de rendas, encargos ou despesas em atraso no âmbito do procedimento especial de despejo ....	516
4. Execução para desocupação do locado .....	519
5. Âmbito de aplicação da execução para entrega de imóvel arrendado .....	526

## SECÇÃO V

<b>Ata da assembleia de condóminos</b> .....	536
1. Força executiva da ata da assembleia de condóminos.....	536
1.1. A ata que serve de título executivo .....	536
1.2. A exequibilidade da ata e a sua assinatura pelos condóminos presentes.....	538
1.3. Inobservância do prazo de antecedência para a convocação da assembleia .....	539
1.4. Despesas judiciais e extrajudiciais .....	540
1.5. Penas pecuniárias fixadas para o inadimplemento .....	541
1.5.1. Âmbito de exequibilidade da ata .....	541
1.5.2. Limite das penas pecuniárias .....	543
2. Falta da ata que documente as deliberações tomadas pelos condóminos.....	545
3. Legitimidade passiva .....	546
3.1. O proprietário e o não condómino .....	546
3.2. Os ex-cônjuges .....	553
3.3. O subadquirente de direito real.....	555
4. Legitimidade do condomínio .....	558
5. Prazo da prescrição.....	559

## SECÇÃO VI

<b>Outros títulos de formação judicial</b> .....	561
1. A nota discriminativa de honorários e despesas do agente de execução .....	561
2. A penhora de créditos (o artigo 777.º, n.º 3 do CPC) .....	566

## SECÇÃO VII

<b>Incidente de comunicabilidade de dívidas conjugais</b> .....	583
---	-----

## SECÇÃO VIII

<b>Supressão da força executiva dos documentos particulares</b> .....	584
1. Aplicação no tempo da lei processual civil .....	584
2. A sobrevigência dos documentos particulares.....	588

PARTE III

**PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO**

1. Introdução.....	595
2. Âmbito de aplicação .....	597
3. Finalidades .....	603
4. Hipóteses tipo de tramitação do Procedimento Extrajudicial Pré-Executivo.....	604
5. Reclamação e impugnação jurisdicional.....	615
6. Aspetos gerais.....	616
7. Causas de extinção automática do procedimento .....	619
8. Causas de extinção não automática do procedimento .....	619
9. Oposição ao procedimento extrajudicial pré-executivo: competência material .....	620
• Bibliografia .....	635
• Índice Geral .....	643